EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Projeto de Lei ora apresentado, visando a priorizar e reforçar a proteção de quem circula a pé pela cidade de Porto Alegre, dispõe sobre a alteração da Lei nº 10.199, de 11 de junho de 2007, que institui o Estatuto do Pedestre, especificamente, para incluir o art. 23-A., com a seguinte redação:

O Executivo Municipal aplicará anualmente, sem prejuízo de outras dotações orçamentárias, 80% (oitenta por cento) do montante financeiro arrecadado com multas de trânsito no planejamento, na execução e na avaliação de políticas públicas destinadas a quem anda a pé, assim como em programas e ações educativas de trânsito e de infraestrutura voltadas à moderação da velocidade, à acessibilidade universal e à segurança dos pedestres.

A principal motivação para se propor a inclusão desta redação é a necessidade de disponibilizar maior volume de recursos para fomentar e estimular a implantação/implementação do Estatuto do Pedestre, notadamente, e para por em prática a execução de projetos, programas, ações ou atividades destinadas a planejar, executar e avaliar políticas públicas, bem como programas e ações educativas no trânsito e de infraestrutura orientados à moderação da velocidade, à acessibilidade universal e à segurança dos pedestres, previstas, inclusive, em legislações esparsas complementadoras deste Estatuto.

Convém lembrar que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), tomando por base os estudos elaborados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), estabeleceu a década 2011-2020 como a Década de Ação para Segurança Viária (também conhecida como Década de Ação pelo Trânsito Seguro), convocando todos os países signatários da Resolução, entre eles o Brasil, a desenvolver ações a fim de alcançar novos patamares para a mobilidade das pessoas, que seja mais segura para todos aqueles que utilizam as calçadas, vias e rodovias, reduzindo o número de mortes no trânsito¹. Em face disso, com o intuito de orientar ações a serem implementadas nessa Década, a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), em conjunto com entidades sociais, organizações não governamentais e diversas autoridades de trânsito, elaborou o documento “Proposta para o Brasil”², no qual propõe, entre muitas outras ações, a criação e execução de programas de proteção ao pedestre e melhoria das condições de segurança e conforto nas vias públicas.

Diante disso, reforça-se ainda mais a responsabilidade do Poder Público de cumprir com seu dever de ser pró-ativo no sentido de planejar e executar, permanentemente, políticas e ações de engenharia, fiscalização e educação em prol da proteção aos pedestres, oferecendo-lhes melhorias nas condições de segurança, acessibilidade universal e conforto nas

1 ONU-Brasil - Organizações das Nações Unidas no Brasil. “Década de Ação pelo Trânsito Seguro 2011-2020 é lançada oficialmente em todo o mundo”. Disponível em < <http://www.onu.org.br/decada-de-acao-pelo-transito-seguro-2011-2020-e-lancada-oficialmente-hoje-11-em-todo-o-mundo>>. Acesso em 5 de julho, 2013.

2 ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. “Década de Ação para Segurança Viária”. Disponível em <<http://portal.antp.org.br/decada/SitePages/P%C3%A1gina%20Inicial.aspx>>. Acesso em 5 de julho, 2013.

vias e passeios públicos. E, para tanto, é absolutamente preciso que haja a disponibilização de recursos. Daí a necessidade de garantir, aqui, que 80% (oitenta por cento) do montante arrecadado com multas de trânsito sejam aplicados para tais fins.

É importante destacar que o Plano Diretor Ciclovitário Integrado, instituído pela a Lei Complementar nº 626/2009, já prevê, em seu artigo art. 32, o dever do Poder Executivo realizar campanha permanente de educação para a circulação viária. Para tanto, os §§ 1º e 2º, deste mesmo artigo, estabelecem que: anualmente, no mínimo 20% (vinte por cento) do montante financeiro arrecadado com multas de trânsito devem ser aplicados na construção de ciclovias e nos programas educativos dirigidos a orientar e conscientizar motoristas, pedestres e ciclistas quanto ao uso adequado da bicicleta, do sistema ciclovitário e das regras de circulação e de segurança a serem compartilhados entre eles, bem como sinalizar indicando como ciclo-rotas as vias constantes na Rede Ciclovitária.

Enfim, com base nos fundamentos descritos apresento este Projeto de Lei, buscando incluir o mencionado parágrafo único, no art. 24, do Estatuto do Pedestre, e solicito aos nobres pares deliberarem sobre sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2013.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA

PROJETO DE LEI

Inclui art. 23-A na Lei nº 10.199, de 11 de junho de 2007 – Estatuto do Pedestre –, e alterações posteriores, dispondo sobre a aplicação de 80% do montante arrecadado com multas de trânsito em políticas públicas para quem anda a pé.

Art. 1º Fica incluído art. 23-A na Lei nº 10.199, de 11 de junho de 2007, e alterações posteriores, conforme segue:

“Art. 23-A. O Executivo Municipal aplicará anualmente, sem prejuízo de outras dotações orçamentárias, 80% (oitenta por cento) do montante financeiro arrecadado com multas de trânsito no planejamento, na execução e na avaliação de políticas públicas destinadas a quem anda a pé, assim como em programas e ações educativas de trânsito e de infraestrutura voltadas à moderação da velocidade, à acessibilidade universal e à segurança dos pedestres.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.